

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURA

QUADROS:

I – Confronto entre as receitas provenientes das contribuições sociais e das transferências do OE (a preços correntes)	27
II – Desagregação da taxa contributiva global no Decreto-Lei n.º 200/99 ..	63
III – Desagregação da taxa contributiva global no Código Contributivo	63
IV – Requisitos das prestações sociais	113
V – Estrutura-tipo do articulado na legislação da segurança social (prestações imediatas)	115
VI – Estrutura-tipo do articulado na legislação da segurança social (pensões)	116
VII – Estrutura do CIRS, técnica do imposto e conteúdo da relação jurídica fiscal	120
VII – A estrutura do CC e as suas influências matriciais (tradição previdencial <i>versus</i> técnica fiscal)	124
IX – Novas regras aplicáveis aos membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas e entidades equiparadas	131
X – A BIC no regime geral dos TI	135
XI – Elementos de proximidade e de afastamento entre o procedimento e a técnica fiscais e o procedimento usado no CC	218
XII – Hipóteses académicas extremadas de evolução da Segurança Social portuguesa	230

FIGURA:

1 – Fases do procedimento fiscal: particularidades semânticas/instrumentos operativos	122
---	-----

ÍNDICE

PRÓLOGO	5
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL E SUA DEFINIÇÃO	15
1. Enquadramento económico-financeiro: as contribuições sociais como fonte de financiamento da Segurança Social	17
1.1. A idiosincrasia financeira da Segurança Social: consequências nos planos operacional e da metalinguagem	17
1.2. O financiamento da Segurança Social: importância relativa das contribuições sociais e perspectivas de evolução (papel do princípio da adequação selectiva)	20
2. Enquadramento histórico: as primeiras concepções sobre a natureza jurídica das contribuições para a Segurança Social	30
2.1. Nota prévia: a herança previdencial no nosso ordenamento jurídico	30
2.2. A Segurança Social, exemplo histórico da parafiscalidade	32
2.3. A estrutura bicéfala das contribuições sociais e dificuldades no plano da respectiva conceitualização	38
2.3.1. Nota prévia: as contribuições sociais e o risco; da natureza de prémio de seguro à natureza tributária	38
2.3.2. A estrutura bicéfala das contribuições sociais; proposta de análise	42
3. Enquadramento jurídico: princípio da equivalência ou princípio da capacidade contributiva	46
3.1. As contribuições sociais como expressão do princípio da equivalência	46
3.2. Desvios ao princípio da equivalência: apreciação	51
3.2.1. Nota prévia	51
3.2.2. Concessão à capacidade contributiva: as taxas contributivas incidem sobre rendimentos do trabalho que, enquanto tal, são manifestação de capacidade económica; as taxas contributivas são proporcionais aos rendimentos	52
3.2.3. Outros desvios ao princípio da equivalência	61
4. Considerações finais; proposta de definição das contribuições sociais	61

CAPÍTULO II – ASPECTOS DE REGIME E TÉCNICAS EMPREGUES NA LEGISLAÇÃO CONTRIBUTIVA DA SEGURANÇA SOCIAL; AS NOVIDADES PRINCIPAIS DO CÓDIGO CONTRIBUTIVO	87
1. Contribuições sociais e a concretização do princípio da legalidade fiscal	89
1.1. A situação até à década de oitenta	89
1.2. A situação posterior; evolução doutrinária e jurisprudencial	90
1.3. Género tributário e legalidade: dilemas actuais	97
2. Técnicas empregues na legislação contributiva; apresentação do Código Contributivo	107
2.1. A técnica da segurança social e a técnica fiscal	107
2.1.1. A técnica da segurança social	107
2.1.2. A técnica do imposto e a sua transposição para as relações jurídicas de vinculação e contributiva da segurança social	118
2.2. Apresentação do Código Contributivo: novidades principais	124
2.2.1. Nota prévia	124
2.2.2. O regime dos trabalhadores por conta de outrem	126
2.2.3. O regime dos trabalhadores independentes	132
2.2.4. O regime do seguro social voluntário	139
 CAPÍTULO III – PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA NO DOMÍNIO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	141
1. O alargamento da base de incidência contributiva e a tributação de outros factores para além do trabalho	143
2. Dos limites contributivos à adequação do esforço contributivo: a mudança de paradigma	152
2.1. Limites superiores contributivos e o reforço dos regimes complementares privados	152
2.2. A adequação do esforço contributivo e o regime público de capitalização	161
2.2.1. As mudanças de paradigma	161
2.2.2. Objectivos e caracterização do regime público de capitalização; a natureza da taxa contributiva	181
3. A via da integração do sistema (de cobrança) da segurança social no sistema (de cobrança) fiscal	187
3.1. Modalidades de integração: soluções a nível internacional	187
3.1.1. Parâmetros e modalidades de integração	187
3.1.2. O exemplo extremo de integração: o mecanismo do imposto sobre o rendimento negativo	193

3.1.3. Algumas soluções a nível internacional	205
3.2. Avaliação da situação portuguesa	215
EPÍLOGO	225
BIBLIOGRAFIA	233
JURISPRUDÊNCIA	247
ÍNDICE DE QUADROS E FIGURA	249
ÍNDICE	251